COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO N°, de de julho de 2008. (**Do Sr. Gladson Cameli**)

Requer seja convidados representantes dos órgãos Ministério da Saúde, Denatran, Detran/DF, Polícia Rodoviária Federal, para prestar esclarecimento acerca da Lei 11.705/2008 (Lei Seca).

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, seja convidado a comparecer, em Audiência Pública, em data a ser agendada, representantes do Ministério da Saúde, *Dr. Pedro Delgado*, Coordenador Nacional da Saúde mental, álcool e outras drogas, do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), *Dr. Alfredo Peres da Silva*, Diretor do Denatran do Ministério das Cidades, do Departamento de trânsito (Detran), *Dr. Jair Tedeschi*, Diretor-Geral do Detran/DF e da Polícia Rodoviária Federal, Inspetor *Hélio Cardoso Derenne*, Diretor-Geral Departamento da Polícia Rodoviária Federal, a fim de prestar esclarecimentos sobre a aplicabilidade da Lei n.º 11.705/08, a qual tem a finalidade de estabelecer alcoolemia 0 (zero) e de impor penalidades mais severas para o condutor que dirigir sob a influência do álcool e dá outras providências.

Sala da Comissão, em de de 2008.

Deputado Gladson Cameli PP/AC **JUSTIFICAÇÃO**

a) Considerando que a Lei Federal nº. 11.705/2008 determina que o

condutor que consumir 0,2 miligrama de álcool por litro de sangue deverá

pagar uma multa de R\$ 957 e poderá perder a carteira de habilitação por 12

meses;

b) Considerando que a norma vem criando dificuldades em sua

interpretação quanto aos procedimentos a serem aplicados aos condutores

infratores;

c) Considerando o insistente noticiário da mídia, de que o consumo de

substâncias como caldo de cana, extrato de própolis, anti-séptico bucal,

bombons de licor, apontam como causadores do aumento do teor alcoólico no

bafômetro e que o Ministério da Saúde deve concluir uma lista com a relação

dos remédios que contêm álcool na composição e que podem ser detectados

no teste do bafômetro.

Por tudo isto se faz necessário melhor esclarecimento aos condutores

de veículos automotores em relação à matéria.

Sala da Comissão, emde julho de 2008

Deputado Gladson Cameli (PP/AC)